

Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 9-2015



Reunião da Assembleia Geral



Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, a respetiva Assembleia Geral, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. Carlos Teixeira e o Segundo Secretário, Sr. José Rosa, este último designado pela Assembleia, em substituição do irmão Rui Dias por impossibilidade de presença.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da Reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas, bem como do Parecer do Conselho Fiscal|Definitório, referentes ao ano de 2014;
3. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu início aos trabalhos, não sem antes deixar de dar conta de alguns aspetos sobre a vida da Instituição no ano de 2014.

Nesse sentido, referiu que "apesar das contrariedades que marcaram a ação da Misericórdia, como foi o caso da sua exclusão do Núcleo Executivo (NE) do Conselho Local de Ação Social (CLAS), o ano transato foi fértil para a Instituição, pois viu reconhecida a qualidade do seu trabalho e das boas práticas que nela existem."

Continuou frisando, "o exemplo disso foi a atribuição dos prémios BPI Sénior e António Sérgio, este último na categoria Inovação e Sustentabilidade, através de uma ação desenvolvida no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)."

Não deixou de recordar ainda, "a atribuição da responsabilidade de liderar a implantação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), um dos doze projetos piloto desenvolvidos a nível nacional em 2014. Foi pois um ano fecundo para a Misericórdia de Arganil".

Antes da entrada nas matérias constantes da ordem de trabalhos e inscritas na respetiva convocatória, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, foi informado pelos serviços da Instituição da presença na Assembleia Geral do cidadão Alberto Cordeiro, o qual não é irmão da Misericórdia.

Perante tal situação, e uma vez que os trabalhos estavam em curso e tendo em vista acautelar qualquer perturbação no decurso dos mesmos, O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu instruções junto do irmão e Diretor Geral, Dr. Nuno Gomes, para que o cidadão fosse informado de que excepcionalmente estava autorizado a manter-se na sala e desde que não tivesse qualquer intervenção nos trabalhos, estando-lhe vedada qualquer tipo de participação, não podendo emitir opinião sobre as matérias em

discussão, nem votar nos assuntos constantes da convocatória, sob pena de ser convidado a sair da sala.

Cumpridas as orientações pelo Diretor Geral junto do cidadão atrás referido, foi dada continuidade aos trabalhos, de acordo com os pontos a seguir expostos.

1. Leitura e votação da ata da Assembleia Geral anterior;

No primeiro ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, para dizer que "uma vez que a ata, à semelhança da demais documentação necessária à discussão dos pontos constantes da ordem de trabalhos, foi colocada à disposição dos irmãos desde o dia da publicação da convocatória, para além de ter sido previamente distribuída para análise no início da reunião, proponho a dispensa da leitura e a passagem à respetiva votação".

Apresentada a proposta de dispensa da respetiva leitura da ata, esta foi aprovada por unanimidade, passando-se de imediato à respetiva votação, tendo sido aprovado o referido documento também por unanimidade.

2. Apresentação, discussão e votação do relatório de Atividades e contas bem como do respetivo parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2014 ;

Já no segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu a palavra ao Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, para se pronunciar sobre o mesmo.

No uso da palavra o Provedor da Misericórdia, prof. José Dias Coimbra, começou por salientar que "estamos na Páscoa e por isso esta gentileza dos colaboradores da Instituição que não quiseram deixar de marcar este momento pela distribuição de uma lembrança aos irmãos presentes, mas a Páscoa é marcada, acima de tudo, por ser um período de reflexão."

Acrescentou que, "se não soubermos perdoar, não há paz que resista. Temos de perdoar e amar os outros e Arganil foi sempre uma terra de gente de bem, capaz de saber acolher e reconhecer quem faz bem por esta comunidade e aqui na Misericórdia temos muitos trabalhadores que, mesmo ganhando pouco, dedicam-se de corpo e alma a cuidarem dos outros."

Salientou ainda, "que o ano de 2014 não foi um ano fácil, mas apesar disso foi possível a Instituição manter a sua postura ativa no campo da intervenção social, conseguindo incrementar o arranque da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), assumindo a Misericórdia um papel de destaque pois foi uma das doze instituições selecionadas para o desenvolvimento deste projeto piloto em 2014".

Continuou referindo, "também a situação do Cineteatro Alves Coelho concentrou as nossas preocupações, tendo a Mesa Administrativa deliberado sempre por unanimidade, na defesa intransigente deste imóvel tão importante para o concelho de Arganil e com tanta história e memória."

Nesse sentido, acrescentou, "a Mesa Administrativa acionou os meios legais para que a Câmara Municipal cumprisse com os compromissos que assumiu e que foram ditados por esta mesma Assembleia Geral em 2008", não obstante, salientou, " a Mesa Administrativa sempre esteve e está disponível para a celebração de um novo acordo tendo em vista a recuperação do Cineteatro Alves Coelho."

Esclareceu depois que "a figura de um novo acordo impõe-se porque as premissas da escritura de constituição de direito de superfície celebrada em 2008 não foram respeitadas, sendo indispensável que a Assembleia Geral delibere caso surja uma eventual nova proposta, por parte da Câmara Municipal, em face do incumprimento das cláusulas anteriormente aprovadas e que por si ditaram e impuseram a resolução da mesma, cabendo à Mesa Administrativa zelar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral, algo que fez e continuará a fazer."

O Provedor da Misericórdia acrescentou também, ser-lhe difícil ver a situação "angustiante do Cineteatro Alves Coelho, cuja recuperação não foi concretizada, conforme estabelecia a escritura de constituição de direito de superfície celebrada em Dezembro de 2008 com a Câmara Municipal."

Para além de assistir triste ao despojamento do "Cineteatro de todas as suas valências com a consequente instalação em outros espaços das componentes do cinema e mesmo teatro, sabendo-se de antemão que tudo isto tinha sido evitável se tivesse havido o cumprimento dos compromissos assumidos por parte da Câmara Municipal".

O Provedor salientou ainda, "a Misericórdia até as rendas cedeu, no âmbito e nos termos da escritura de constituição de direito de superfície à data celebrada, para ajudar a Câmara a cumprir com os seus compromissos. Já só me falta que daqui a pouco tempo alguém venha dizer e propalar que como já existe cinema e teatro em Arganil, noutra local que não a histórica sala construída e inaugurada em 1954 propositadamente para esse efeito, já não é necessário recuperar o Cineteatro. Se isso acontecer é sinal que não há, nem houve, respeito pela memória dos arganilenses, já para não falar na desconsideração pela Misericórdia, sua legítima proprietária."

Acrescentou, "A Misericórdia continua a aguardar pela sua efetiva devolução (Cine-teatro) e ressarcimento, agendando para depois o estudo de outras possibilidades".

Depois recordou a intenção da recuperação do antigo edifício do Hospital Condessa das Canas e que em 2014 "vimos a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro) assumir a despesa e os custos dos projetos de construção inerentes à instalação de uma nova unidade de cuidados continuados, o que reforça a pretensão da Misericórdia na concretização desse desiderato."

Realçou a necessidade de recuperação da escola do Paço Grande que em 2014 não foi possível, desde logo "porque não houve uma ação concertada por parte do município que sabendo da nossa intenção nessa recuperação não acautelou a conjugação dos projetos de recuperação desse imóvel e a intervenção no largo do cruzeiro, apesar da manifestação dessa nossa intenção".

De acordo com o provedor, tal situação "originou que o espaço onde outrora estava o muro da escola delimitando o espaço de recreio da mesma, tenha sido transformado em estacionamento, sabendo a autarquia da nossa intenção em (re)erguer o muro que todos que por lá passaram enquanto alunos recordam, para além de funcionar como proteção ao próprio edifício e aos seus utilizadores, recuperando-se dessa forma a plenitude da traça da escola".

Apontou ainda, "as críticas já realizadas por alguns profissionais sobre a transformação do Largo do Cruzeiro em espaço de estacionamento, sendo que o futuro nos dirá se tais críticas são justas ou não, ficando desde já associado a esta situação o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Eng. Ricardo pereira Alves e o Presidente da Junta de Freguesia, o Sr. João Travassos, irmão desta Misericórdia e hoje aqui presente e que inauguraram as obras aí realizadas."

Na sequência da sua intervenção o Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, recordou “ o projeto de recuperação e reflorestação do Mont'Alto, o qual nunca foi avante, apesar da Santa Casa ter gizado um plano de intervenção em conjunto com a Junta de Freguesia de Arganil, a Fábrica da Igreja e a Câmara Municipal, dando dessa forma sequência a vários trabalhos de limpeza desse espaço que a Misericórdia já tinha realizado em outros anos. Infelizmente tal projeto nunca chegou a ver a luz do dia. Não quero pensar que foi pela ideia e iniciativa ter partido da Misericórdia. Apesar disso não posso deixar de recordar a disponibilidade da Junta de Freguesia que, de quando em quando, vai ajudando esta Instituição nalguns trabalhos de beneficiação da mata da Misericórdia, agradecendo, desde já, ao seu Presidente.”

Feita uma breve referência a alguns aspetos da vida da instituição por parte do seu provedor, este solicitou ao Dr. Nuno Gomes, irmão da Misericórdia e seu Diretor Geral, que procedesse à apresentação mais exaustiva do respetivo relatório de atividades e contas.

No uso da palavra o Dr. Nuno Gomes, começou por recordar que “toda a documentação, na qual se inclui a própria declaração do Revisor Oficial de Contas e o parecer do Conselho Fiscal, foi previamente disponibilizada para consulta aos irmãos da Misericórdia após a publicação e envio da convocatória, bem como distribuída antes do início da presente reunião.”

Continuou salientando, “ser um documento extenso o que traduz a desenvoltura da Instituição e o vasto leque de atividades desenvolvidas, pelo que se irá proceder à respetiva apresentação” e que a seguir se dá por transcrita, com exceção das tabelas, gráficos e anexos.

NOTA INTRODUTÓRIA

Chegou ao fim mais um ano de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o qual foi marcado pelas dificuldades resultantes da instabilidade na Europa e que, apesar das notas de alguma recuperação, continua a condicionar a manutenção e sustentabilidade do modelo social europeu.

Foi nesse contexto que a Instituição procurou manter a prestação dos seus serviços à comunidade, sempre numa lógica de gestão racional dos seus recursos, mas sem descuidar as suas obrigações para com os mais vulneráveis.

No entanto, se as condições adversas resultantes da situação económico-social foram por si um fator condicionador da atuação da Misericórdia, também o **cenário de adversidade causado pela instabilidade de alguns órgãos de atuação local no campo da ação social**, representaram forte constrangimento à atividade da Instituição.

Neste último caso destaque para a **exclusão da Misericórdia de Arganil do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS)**, ao arrepio de todo o enquadramento legal que regulamenta esta área de intervenção, com a passividade de várias entidades, privadas e públicas, que não quiseram assumir a defesa da transparência em todo o processo, com as responsabilidades que se impunham.

Tal acontecimento revelou a situação angustiante em que algumas Instituições se encontram, face à **incapacidade para assumirem com frontalidade a defesa de um modelo de atuação local**, onde o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social é e deve ser o pilar da ação social, reduzindo-se atualmente a uma dependência do poder local.

Outro dado marcante no ano que findou para a vida da Instituição, foi a conclusão do Contrato Local de

Desenvolvimento Social (CLDS) – *Uma via para o desenvolvimento sustentado*, que durante três anos implementou uma verdadeira rede de parcerias locais.

Neste caso de frisar que, e apesar do relatório final de execução ter sido devidamente aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), com o parecer positivo do respetivo executivo municipal, ainda se aguarda a transferência das verbas finais, o que revela o permanente **esforço financeiro da Instituição na sustentabilidade dos projetos locais de intervenção comunitária**.

Também temos que destacar o incremento do Programa de Emergência Social (PES), no caso em apreço traduzido no recurso às designadas Cantinas Sociais, do qual a Misericórdia é responsável pela sua dinamização no concelho de Arganil.

De salientar que parte significativa das verbas transferidas pela Segurança Social, no âmbito deste programa **foram encaminhadas para outras instituições locais**, com as quais a Misericórdia celebrou acordos de parceria, tendo em vista efetivar as Cantinas Sociais em todo o território concelhio. Prova da sempre presente lógica de colaboração com outras entidades.

No que se refere a outra área de atuação da Misericórdia, neste caso no âmbito do património edificado, a principal preocupação continuou a ser a questão do Teatro Alves Coelho, o qual se manteve **sem qualquer intervenção por parte da Câmara Municipal**, em contraponto ao estabelecido em acordo celebrado por meio de escritura Pública de constituição de direito de superfície em 20 de Dezembro de 2008.

Esse facto **obrigou a Mesa Administrativa, por unanimidade, a diligenciar no sentido de fazer cumprir os termos constantes da referida escritura pública**, termos estes definidos pela própria Assembleia Geral da Misericórdia em 31 de março de 2008.

Não obstante os inúmeros constrangimentos que ao longo do ano transato se levantaram à atividade da Misericórdia, não pode deixar de ser recordada **a atribuição do projeto piloto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) a esta Instituição**, sendo um dos doze projetos experimentais concretizados para o território nacional.

Também a **atribuição do prémio BPI-Seniores**, tendo em vista a instalação de uma sala de snoezelen, foi um dos momentos de reconhecimento que não pode deixar de ser inscrito no presente relatório de atividades, **bem como o prémio António Sérgio**.

A continuidade do processo de implementação de sistema de gestão da qualidade (EQUASS) foi uma realidade, tendo sido alargado o âmbito da sua instalação à Unidade de Cuidados Continuados, o que justificou o alargamento do período de instalação do referido sistema.

Por outro lado, e apesar do fim do projeto CLDS, como já foi referido, o que implicou a saída de alguns profissionais, a Instituição conseguiu a **manutenção do volume de empregabilidade**, através de uma política de racionalização dos seus recursos humanos, ao mesmo tempo que assimilou algumas das competências presentes no referido projeto, designadamente através da **melhoria de respostas como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** que passou a contar com cuidados de saúde ao domicílio.

No campo da manutenção do volume de empregabilidade, não podemos esquecer os esforços realizados pela Instituição para a continuidade das Empresas de Inserção (EI), o que contribuiu para atenuar as situações de exclusão social, embora se tenha conhecimento, à data da elaboração do presente relatório, que esta medida de emprego protegido **foi extinta já em Janeiro de 2015**.

Para além da sua atividade local marcada pelas diversas parcerias, a Misericórdia deu continuidade à sua colaboração com o Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, nomeadamente no **processo de revisão dos respetivos estatutos, tendo acolhido um dos encontros decisivos para este processo.**

Também ao nível do Secretariado Regional a colaboração técnica foi mantida, tendo a Misericórdia **disponibilizado a respetiva assessoria**, assim como a articulação com diversas Santas Casas, designadamente ao nível da identificação dos projetos prioritários para as Misericórdias do Distrito de Coimbra, no âmbito da estratégia 20-20.

Sobre esta matéria a Misericórdia de Arganil manteve a sua pretensão de enquadrar alguns dos seus projetos mais emblemáticos, como são o caso da recuperação do antigo hospital e mesmo do Teatro Alves Coelho, se possível, no âmbito do novo quadro comunitário.

Outro aspeto importante, prendeu-se com o **início do projeto “Vidas”** da responsabilidade da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), o qual é vocacionado para as demências e que visa preparar a Instituição para uma realidade cada vez mais presente no dia-a-dia da resposta de lar (ERPI).

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela **realização das eleições para o mandato 2015-2018**, ao abrigo do novo quadro legal para as Instituições de Solidariedade, e que culminou com a tomada de posse que contou com a **presença de Sua Excelência Reverendíssima D. Virgílio Antunes, o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra, Dr. Rui Rato, bem como inúmeros Provedores em representação de várias Santas Casas**, que não quiseram deixar de marcar a sua presença.

Deste modo, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2014 encontra-se estruturado da seguinte forma:

1. **Ações Realizadas;**
2. **Apresentação das Contas;**
3. **Análise face aos objetivos traçados e Conclusão;**

Anexos – documentação vária (balancetes | Declaração TOC | Parecer Conselho Fiscal)

Terminado este introito que serve, resumidamente, para destacar alguns aspetos que marcaram o ano transato, é colocado à devida apreciação junto dos irmãos da Misericórdia o presente documento tendo em vista proceder à respetiva deliberação.

Contudo, não devem deixar de ser realçados os enormes esforços que os diversos órgãos sociais realizaram, Mesa Administrativa, Definitório e Mesa da Assembleia Geral, tendo em vista a concretização dos objetivos a que a Instituição se propôs efetivar, tendo em conta os constrangimentos decorrentes do cenário de crise que ainda se manifestou e manifestará.

1| AÇÕES REALIZADAS

Ao longo dos anos, a Misericórdia tem mantido a prática de proceder à realização do respetivo Relatório de Atividades tendo como ponto de partida o Plano previamente gizado para o ano em causa, no qual são apresentados os recursos existentes e programados, assim como as metas que se pretendem alcançar.

Ora, o presente documento não difere dessa metodologia de trabalho, pelo que o relatório de Atividades

e Contas em apreço, apresenta a execução realizada nas diferentes respostas sociais da Instituição e projetos existentes e desenvolvidos em prol da comunidade.

Nesse sentido, a estrutura de atuação da Instituição continua organizada em redor de três áreas de ação: Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

1.1| COMPLEXO SOCIAL

Tendo em vista uma efetiva resposta à comunidade, assim como uma adequada eficácia dos meios existentes, a Misericórdia estruturou e enquadrou as suas respostas sociais de acordo com a natureza das mesmas, conforme atrás descrito.

Deste modo, o designado Complexo Social integra os equipamentos e valências correspondentes à área da Segurança Social, ou que resultam de acordos e protocolos preponderantemente celebrados com o Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS).

Assim, o presente Complexo incorpora os recursos afetos aos seguintes equipamentos e valências: Estrutura Residencial para idosos (ERPI), Centro de Dia Sede e Secarias (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Bairro Social.

Acrescem ainda ao funcionamento deste Complexo os vários projetos de intervenção comunitária, designadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), o Programa de Emergência Social (PES) por intermédio das Cantinas Sociais, o Fundo Europeu de Ajuda a Carenciados (FEAC), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI – atividades socialmente úteis) e a participação no Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Integrado de igual modo neste Complexo estão a Academia Condessa das Canas, com especial destaque para o Orfeon Maestro Alves Coelho, bem como a Mata das Misericórdias e os jardins envolventes à Instituição.

Todos estes recursos sinalizados são essenciais ao desenvolvimento normal das atividades da Instituição, assim como à ocupação diária dos respetivos utentes, ao mesmo tempo que são promotores do bem estar e lazer junto da comunidade local.

1.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Bairro Social

➤ Requalificação e Remodelação de espaços;

Ao longo dos últimos anos, a Misericórdia tem manifestado uma preocupação permanente na requalificação dos seus espaços, tendo em vista a melhoria das condições de prestação dos serviços junto dos seus utentes.

Tendo em conta o cenário de constrangimento económico que tem marcado os últimos anos, a Instituição tem procurado realizar melhorias de acordo com a sua capacidade, de modo gradual e sustentado.

Assim, foi possível a realização de intervenções ao nível da melhoria e adaptação de casas de banho,

gabinetes, quartos e no próprio Bairro Social.

Neste último exemplo, várias habitações foram intervencionadas o que possibilitou a atualização de rendas e a celebração de novos contratos, acompanhada de novos inquilinos.

De realçar que em 2014 foi dado início aos trabalhos destinados à entrada em funcionamento do gabinete de atendimento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

A substituição dos telhados não foi ainda possível, tendo tal operação transitado para 2015.

➤ **Continuidade na implementação do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas;**

À semelhança de anos anteriores a Misericórdia deu continuidade ao trabalho de operacionalização do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MSTSS e a UMP, neste caso referente ao período 2013-2014, facto que possibilitou manter o equilíbrio entre a necessidade de sustentabilidade da Instituição, sem esquecer a manutenção do apoio aos mais desprotegidos.

➤ **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de apoio à população idosa e reforço da componente de serviços ao domicílio;**

Outra das preocupações da Instituição ao longo do ano transato prendeu-se com a preocupação na manutenção dos níveis de frequência nas várias respostas sociais, designadamente no âmbito de atuação junto dos mais velhos.

Este objetivo foi concretizado, na medida em que a resposta social de ERPI acolheu 127 cidadãos, dos quais 95 integrados em acordo de cooperação com o CDSS-Coimbra, ou seja 75%.

A este propósito referir que 69% dos beneficiários desta resposta são do sexo feminino e 31% do sexo masculino, sendo que a média de idades obtida foi de 84 anos, enquanto que o escalão etário de maior predominância situa-se entre os 86-90 anos, com 28% do total dos residentes.

De referir ainda, que no final de 2014 o cidadão mais velho tinha 97 anos, já os residentes com dependência ocupavam uma percentagem de 28% (36), sendo grandes dependentes 6% (7) do total.

Contudo, apenas 35% (44) eram utentes autónomos, enquanto que 31% (40) apresentavam algum grau de dependência, ou seja, eram parcialmente dependentes.

Em suma, pelo menos 65% do total da população residente apresenta-se como sendo dependente, ou portador de algum grau de dependência.

Em relação à resposta de Centro de Dia, quer na sede, quer no Centro de Dia de Secarias, verificou-se que houve o crescimento dos índices de frequência desta estrutura, mercê da rede de transportes que a Instituição tem em funcionamento.

Assim, a média de frequência nesta resposta na sede foi de 37 beneficiários, enquanto que em Secarias o valor apresentado foi de 9 elementos.

Podemos referir que a média de idades de frequência destas respostas foi de 80 anos, sendo a maioria dos seus utilizadores do género feminino, neste caso 69% (média ponderada entre as duas estruturas), enquanto os restantes 31% são do género masculino.

Realçar ainda, que 81% dos que recorrem a esta estrutura sinalizaram em primeiro lugar como justificação a necessidade de ocupar os seus tempos livres, com acesso a serviços que lhes possibilitassem melhorar a sua qualidade de vida, designadamente cuidados de saúde, transporte, animação, entre outros.

Salientar que o Centro de Dia Sede funciona todos os dias da semana, com um horário prolongado incluindo Jantar.

Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), os índices de frequência atingiram os 33 cidadãos, dos quais 52% são do género feminino e 48% do género masculino, aqui verifica-se um maior equilíbrio em relação à distribuição por género.

De realçar o crescimento do número de cidadãos apoiados nesta resposta, ultrapassando os 25 elementos em acordo, crescimento justificado pelo leque de serviços prestados.

A este propósito referir que para além desta resposta social funcionar todos os dias da semana, incluindo os fins-de-semana, passou também a assegurar cuidados de saúde ao domicílio, através da aquisição e assimilação das competências desenvolvidas até Maio de 2014 pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), bem como o serviço de teleassistência.

A este propósito destacar o impacto da equipa de enfermagem, o que originou uma procura significativa de vários cidadãos, incluindo de outras freguesias limítrofes quer à sede do Concelho, Arganil, quer às freguesias de Secarias e Celavisa onde esta resposta está implementada.

Outro aspeto curioso a referir prende-se com o grau de autonomia patente nos beneficiários deste serviço. Neste caso, verifica-se que apesar da maioria dos utilizadores serem autónomos (67%), o número de utilizadores com dependência representa já 33%, dos quais 3% são grandes dependentes.

Esta situação vem ao encontro da aposta realizada pela Instituição de **retardar a institucionalização dos utentes**, mantendo-os desta forma o mais tempo possível junto das comunidades e respetivas famílias.

➤ **Desenvolvimento de um vasto leque de Atividades Lúdicas e de ocupação;**

Neste ponto deve ser realçado que a Instituição promoveu e realizou um vasto leque de atividades ao longo do ano, atividades estas diversificadas e destinadas não só aos utentes de todas as respostas sociais, incluindo-se aqui o Complexo Social e o Complexo saúde, como a própria comunidade.

Sem prejuízo da leitura de relatórios específicos das respetivas valências da instituição apresenta-se, a título de exemplo, tabela com algumas das atividades realizadas.

1.1.2 Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

O apoio à infância e juventude, em termos de respostas sociais, continua a ser desenvolvido através do Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) que funciona no edifício D. Arminda Sanches sito no perímetro da EB1 de Arganil.

Este equipamento manteve, ao longo do ano transato, uma frequência de 60 crianças no período letivo 2013-2014, conforme o estabelecido em acordo de Cooperação com o CDSS-Coimbra, sendo que nos

meses de Outubro, Novembro e Dezembro, apresentou uma ligeira quebra nas inscrições, encerrando o ano com uma média de frequência de 58 crianças.

Esta redução, apesar de pouco significativa, não é alheia à redução do número de crianças na EB1 de Arganil, em linha com a diminuição da população no concelho, conforme os últimos censos realizados indicam. Contudo, há a destacar a manutenção global do número de inscritos que tem sido assegurada pela diversidade de serviços prestados.

A esse propósito destacou-se a manutenção em **funcionamento a sala multidisciplinar de apoio às crianças do CATL e das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**, mas de igual modo a outras crianças do Agrupamento de Escolas de Arganil, com destaque para a intervenção no âmbito da Terapia da Fala e do acompanhamento psicológico.

Sobre a componente de **Terapia da Fala foram apoiadas 22 crianças**, das quais 3 delas pertencem às escolas de S. Martinho (1) e Pomares (2).

De referir ainda, que no âmbito da Terapia da Fala a Instituição, por via da Clifiargus prestou acompanhamento a mais 5 crianças, referenciadas pelos respetivos médicos de família, nas quais se incluíram crianças do Sarzedo, Pomares, Arganil e Gois.

No campo do acompanhamento psicológico **foram acompanhadas 12 crianças**, dos quais 2 integram o Jardim de Infância, enquanto 10 pertencem ao ensino primário da EB1 de Arganil. Foram ainda apoiados 2 jovens do 7º ano no âmbito da sala multidisciplinar.

Foi também possível **manter a componente do ensino de música** no leque de atividades promovidas junto das crianças do Jardim de Infância de Arganil, neste caso decorrente do protocolo celebrado com a autarquia tendo em conta as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Nesta resposta a média de frequência ao longo de 2014 foi de praticamente **31 crianças**.

No campo das participações a Instituição assumiu a implementação dos valores previstos no regulamento municipal, tendo em vista uniformizar com os outros estabelecimentos da rede pública os montantes de participação familiar, isto no caso das AAAF.

No CATL manteve-se a aplicação dos normativos previstos pela Segurança Social, sendo que os valores nos três últimos escalões **foram congelados tendo como referência o ano letivo 2008-2009, facto que contribuiu para atenuar as dificuldades de muitas famílias**.

1.1.3 Processo de Certificação EQUASS | Formação Qualificação |Projeto Vidas

Apesar de ter sido preconizado no Plano de Atividades para 2014 o término do projeto de certificação EQUASS, tal não se veio a verificar uma vez que, e em face do andamento dos trabalhos, **procedeu-se ao alargamento da área de intervenção deste à unidade de cuidados continuados**.

Essa ampliação da abrangência do projeto destinado à implementação de um sistema de gestão da qualidade, conduziu a que este projeto **tivesse continuidade em 2015**, não tendo sido realizada a auditoria final no ano transato como inicialmente previsto.

Esta opção destinou-se a valorizar ainda mais o conjunto da Misericórdia ampliando, desta forma, o

leque de serviços a qualificar, assim como o número de colaboradores abrangidos.

Associado a este projeto realizaram-se um conjunto de ações de formação, tendo como enfoque a preparação dos vários setores da Instituição para a questão da qualidade.

O ano de 2014 ficou ainda marcado pelo **arranque do projeto Vidas**, promovido pela UMP e destinado à qualificação dos serviços das Misericórdias selecionadas, para trabalhar no campo das demências.

Assim, e apesar de inicialmente o arranque deste projeto ter prevista a sua operacionalização apenas em 2015, foi possível, no final de 2014, ser elaborado o levantamento / confirmação do número de utentes que sofrem destas patologias, assim como a constituição da equipa e o arranque da formação destinada a técnicos e pessoal auxiliar, a par da identificação dos espaços destinados à colocação preferencial dos utentes em causa, bem como a delimitação de áreas de circulação e atividade para os mesmos.

1.1.4 Empresas de Inserção

Aquando da elaboração e aprovação do Plano de Atividades para 2014 não havia ainda resposta ao pedido de continuidade efetuado junto dos serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP,IP).

Tal facto aconselhou a que o orçamento fosse gizado tendo em conta o cenário de não continuidade desta medida de emprego, o que significava a extinção de 15 postos de trabalho distribuídos por 3 áreas: agricultura biológica, lavandaria e limpezas, floricultura e jardinagem.

Contudo, o pior cenário não se veio a verificar, tendo sido **possível a continuidade deste programa o que possibilitou a manutenção do volume de emprego** afeto às empresas de inserção.

De referir ainda, que a Instituição manteve deste modo não só o seu contributo no combate ao desemprego mais marginal existente no concelho, como de igual modo assegurou a continuidade da prestação de um conjunto de serviços à comunidade, quer ao nível de serviços de manutenção, quer ao nível de serviços de limpeza.

1.1.5 Mata e Jardins | Centro Ambiental e Atividades Várias

Dando continuidade à preocupação com a preservação ambiental, a Instituição manteve a sua intervenção na Mata das Misericórdias, assim como no embelezamento dos espaços envolventes à Misericórdia.

Para tal assegurou a abertura e manutenção de ruas pedonais, assim como de novos largos e espaços de lazer, sem esquecer a continuação da reflorestação e colocação e renovação da vedação com madeira da própria Mata.

A par dessa preocupação várias iniciativas foram realizadas, designadamente o **descerramento das placas de homenagem aos irmãos falecidos Joaquim Fernandes e Francisco Cruz**, que contou com a presença dos respetivos familiares e representantes de diversas entidades locais.

Também a **homenagem ao Professor Doutor Jorge Paiva** foi outro momento marcante não só para a vida da Instituição como de igual modo na valorização dos espaços naturais da Misericórdia, tendo esta homenagem associado a realização da **III edição dos Encontros Responsabilidade Sócio ambiental**.

Outro momento alto associado aos espaços naturais foi a realização das festividades de St.^a Isabel, cujo

tradicional almoço e momento de confraternização foi acolhido na Mata das Misericórdias.

Outras iniciativas foram realizadas, com a presença de outras entidades ou em colaboração com as mesmas, nomeadamente o Agrupamento de Escolas de Arganil que utilizou o espaço para a realização do seu corta-mato, os escuteiros que aí realizaram alguns encontros, sem esquecer a utilização realizada pela APPACDM, núcleo de Arganil, para realizar os seus passeios ou mesmo a Cáritas que no Verão realizou o encontro de alguns dos seus CATL(s).

Também o Bongalow continuou a ser uma referência dos espaços naturais da Misericórdia, tendo acolhido, de modo informal alguns pesquisadores e, noutros casos, **permitiu acudir a situações de alojamento de emergência pontual e transitória**, quer a peregrinos, quer a situações de emergência social.

Em suma, a Mata tem sido um cartão de visitas da Instituição, do concelho e da região, tendo sido visitada por alguns milhares de cidadãos que não querem deixar de conhecer este espaço cada vez mais valorizado e reconhecido.

1.1.6 Projetos de Intervenção Social

1.1.6.1 Contrato Local de desenvolvimento Social

Neste item há a destacar o fim do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) que ocorreu em 2 de Maio de 2014.

Ao longo dos últimos três anos este projeto assegurou uma rede de parcerias efetiva no concelho de Arganil, tendo **prestando apoio direto a cerca de 150 beneficiários**, designadamente idosos, com destaque para a ação com a designação de Centro Multidisciplinar de Atendimento Permanente (CMAP), a qual assegurava não só teleassistência, como serviços de saúde ao domicílio.

De referir que o impacto desta ação foi reconhecido a nível nacional, já em 2015, **pela atribuição de prémio na categoria Sustentabilidade e Inovação promovido pela Cooperativa António Sérgio (CASES)**.

Ainda sobre este projeto e à data em que é elaborado o presente documento, o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) **ainda não tinha procedido ao pagamento final** e que neste momento atinge o montante de vinte e quatro mil quatrocentos e quarente e cinco euros e trinta cêntimos (24.445,30€), apesar do respetivo relatório final ter sido devidamente aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) em 19 de Maio do mesmo ano e obtido parecer positivo pelo executivo municipal no dia 20 do mesmo mês.

Também aqui há a destacar o esforço da Instituição para que a comunidade de Arganil possa beneficiar de projetos desta natureza, tendo a Misericórdia, à semelhança de outras iniciativas, assegurado os adiantamentos financeiros necessários à sua efetivação.

1.1.6.2 Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Terminado o CLDS e tendo em conta as preocupações da Misericórdia, esta não deixou de procurar novas formas de atuação junto dos mais vulneráveis, foi nesse sentido que a Instituição, desde pelo menos 2013, procurou sensibilizar as entidades competentes, por intermédio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para a necessidade de serem agilizados mecanismos de intervenção capazes de

privilegiar a proximidade às populações e o conhecimento das diferentes realidades locais.

Assim, e após a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) em 24 de Setembro de 2013, e a sua regulamentação em 18 de Setembro de 2014, a Misericórdia apresentou candidatura ao programa Operacional Potencial Humano (POPH) em 6 de Novembro de 2014, **tendo sido um dos 12 projetos piloto selecionados a nível nacional, daí resultando a celebração de protocolo com o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) visando a implementação desta nova forma de atuação no âmbito da ação social.**

Neste caso, e em particular o ano de 2014, ficou marcado pela apresentação e aprovação da candidatura da Misericórdia, a criação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) no âmbito da RLIS e a constituição / formação da equipa do projeto, o que originou 3 novos postos de trabalho, numa equipa composta por 5 técnicos.

No âmbito deste projeto foi ainda celebrado um acordo de parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Centro Paroquial de Coja, tendo em vista a colaboração destas duas entidades nesta iniciativa, esperando-se, após a fase piloto, o alargamento a outras Instituições de Solidariedade Social, sem prejuízo de se procurar estreitar novas parcerias.

Atualmente o SAAS tem dois gabinetes de atendimento em funcionamento; em Arganil que funciona como sede e em Coja que funciona como espaço descentralizado, ao mesmo tempo que assegura visitas domiciliárias e atendimentos em outros locais não formalizados, tendo em vista aproximar os cidadãos dos serviços e descentralizar competências.

1.1.6.3 Outros Projetos de Intervenção Social

Ao nível de outros projetos a Instituição mantém a **colaboração ao nível do Rendimento Social de Inserção (RSI)**, não só por intermédio do próprio SAAS da RLIS, mas de igual modo por meio do acolhimento de beneficiários desta medida no âmbito do protocolo celebrado com o CDSS-Coimbra para o desenvolvimento de atividades socialmente úteis. Neste caso passaram pela Instituição 6 cidadãos ao longo do ano transato.

Também o Fundo Europeu de Auxílio a Carentes (FEAC), medida que veio substituir o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes (PCAAC), permitiu que a Misericórdia tivesse apoiado diretamente 19 agregados familiares.

No que concerne ao Programa das Cantinas Sociais o ano de 2014 ficou marcado **pelo alargamento do número de refeições servidas diariamente, passando de 65 para 75**, assim como o leque de instituições parceiras locais envolvidas e que receberam um total 20.170,00€, o que significou também um aumento das verbas transferidas pelo CDSS-Coimbra.

De realçar que apesar do crescimento do número de refeições protocoladas, a Instituição assegura, diariamente, um número superior às 75, sem que por isso receba qualquer complemento adicional por parte do Estado.

No âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e apesar da situação de exclusão do Núcleo Executivo dessa estrutura local, a Instituição continua a **manter a sua parceria e colaboração, como aliás é seu apanágio**, à semelhança do que sucede no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para a qual disponibilizou 3 técnicos, para além de apoio logístico, designadamente transporte de crianças e cidadãos para acolhimento institucional.

1.1.7 Parcerias e Acordos

Ao longo da existência da Misericórdia o trabalho em parceria tem sido uma constante, pois esta é uma Instituição virada para a comunidade, colocando ao dispor da mesma os recursos de que dispõe, para além da colaboração com os próprios organismos do Estado

Deste modo, localmente várias têm sido as instituições que ao longo dos anos se têm socorrido da colaboração da Santa Casa para realizarem os seus próprios objetivos e fins, nomeadamente: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Confraria Gastronómica do Bucho, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Nesse sentido a Instituição, de acordo com as suas possibilidades, tem colocado ao dispor várias estruturas, serviços e equipamentos como são o caso:

- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Forno da broa
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas
- Autocarro de 23 lugares
- Fornecimento de refeições

No entanto, não é demais referir e recordar que no ano de 2014 foram celebrados vários acordos / protocolos de cooperação designadamente:

- ❖ Protocolo com o Instituto da Segurança Social (ISS,IP) no âmbito da RLIS;
- ❖ Protocolo / adenda com o ISS,IP no âmbito das Cantinas Sociais;
- ❖ Acordo de parceria com a Câmara Municipal de Arganil e Centro Paroquial de Coja, visando a colaboração no desenvolvimento do projeto piloto da RLIS;
- ❖ Protocolo com o Agrupamento de Escolas de Arganil destinado ao apoio no âmbito da Terapia da Fala e apoio Psicológico junto dos alunos;
- ❖ Protocolo com o Centro Social de Anseriz visando a colaboração técnica;
- ❖ Protocolo / adenda com o Centro Social e Paroquial do Sarzedo tendo em vista o funcionamento do Programa das Cantinas Sociais;
- ❖ Protocolo / adenda com a Associação Humanitária do Barril do Alva, visando o fornecimento de refeições;
- ❖ Protocolo com a Associação Humanitária do Barril do Alva, no âmbito do desenvolvimento de Contrato Emprego Inserção em espaço agrícola;
- ❖ Protocolo com o Centro Social dos Cepos, visando o funcionamento do programa das Cantinas Sociais.

1.1.8 Secretariado Regional de Coimbra | Secretariado Nacional da

União das Misericórdias Portuguesas

Tal como previsto, a Instituição manteve a sua colaboração e apoio junto das estruturas da União das Misericórdias Portuguesas.

Numa primeira instância assegurou colaboração técnica e logística ao Secretariado Regional de Coimbra, disponibilizando o seu Diretor Geral para assessorar esta estrutura, designadamente no apoio às reuniões da Comissão Distrital de acompanhamento dos Protocolos, nas Plataformas Supraconcelhias, na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, entre outros.

Por sua vez, e por intermédio do seu Provedor, a Misericórdia colaborou com o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), designadamente na realização de encontro de trabalhos, em Arganil, da Comissão criada para a preparação da revisão das normas estatutárias na UMP.

1.1.9 Academia Condessa das Canas – Orfeon Maestro Alves Coelho

O projeto de constituição da Academia Condessa das Canas tem tido maior expressão na atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, uma vez que a escola do Paço Grande, espaço privilegiado para o funcionamento desta estrutura se encontra ainda por recuperar, fruto dos constrangimentos económicos que o País atravessa e que tem reflexos na atividade desta Misericórdia.

Não deixando de ser uma prioridade para a Instituição a recuperação desse imóvel, tal apenas será efetuado quando as condições assim o possibilitem e com o recurso, de preferência, aos recursos humanos existentes na própria Misericórdia.

Contudo, há que destacar a atividade do Orfeon que ao longo do ano de 2014 realizou 8 concertos, não só em Arganil, mas especialmente fora do concelho, conforme se poderá verificar na tabela a seguir exposta.

Ainda sobre este assunto e apesar do Orfeon levar já uma existência de cerca de 5 anos o grupo de coralistas tem sido estabilizado, contando com uma média de 30 a 35 elementos.

Atualmente ativos tem 39 colaboradores, distribuídos por 13 sopranos, 9 contraltos, 8 tenores e 8 baixos. Porém, em 2014, 5 coralistas não participaram em qualquer concerto ou tiveram presença residual ou total ausência de ensaios.

Quanto à distribuição por faixas etárias verifica-se que 59% dos coralistas tem mais de 60 anos.

1.2|COMPLEXO SAÚDE

Neste núcleo encontram-se integradas as respostas sociais e os equipamentos vocacionados para a área da saúde, cuja incidência do modelo de funcionamento assenta no âmbito de acordos /protocolos estabelecidos preferencialmente com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro).

Aqui são enquadrados o Hospital Dr. Fernando Valle, unidade de Cuidados continuados Integrados, a Clifiargus, clinica de reabilitação e o Hospital Condessa das Canas.

1.2.1 Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Relativamente a esta resposta social a Misericórdia teve como preocupação a **manutenção dos índices de ocupação**, em face da proximidade e abertura de novas unidades desta natureza no Distrito de Coimbra.

Terminado o ano de 2014 foi possível verificar que a unidade continua a laborar nos moldes normais e sem quebra na sua taxa de ocupação.

Assim podemos constatar que na tipologia de internamento de Longa Duração e Manutenção (LDM) o ano de 2014 apresentou uma taxa média de ocupação **de 99,5%**.

Quanto à tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) o ano fechou com uma taxa anual **de 94,5%**. Em ambos os casos as taxas de ocupação foram sempre superiores a 85%.

Tendo a unidade em causa iniciado a sua atividade a 16 de Julho de 2007, foram já prestados cuidados de saúde e sociais a um total de **441** cidadãos utentes.

Sendo que, **338 na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) e 103 na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM)**.

Em 2014 a UCCI admitiu **51 utentes, 45 na tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) e 6 na tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM)**.

Como se verifica, o maior número de utentes (entradas/saídas) na unidade corresponde à tipologia de Média Duração e reabilitação (MDR), desde logo pela própria natureza desta. Somando o total de utentes admitidos, assim como os que já se mantinham na estrutura, no ano de 2014 a UCCI prestou apoio a **73 utentes**, dos quais **55 (75%) na tipologia de MDR e 18 (25%) em LDM**, sendo o género dominante o feminino.

Quanto à faixa etária dominante esta situa-se entre os 80 e os 89 anos, sendo os idosos a maioria dos beneficiários deste tipo de Cuidados. A média de idades cifra-se pois nos 80 anos.

Quanto à naturalidade dos utentes, a quase totalidade corresponde à Região Centro do País, designadamente do Pinhal Interior Norte, com especial enfoque no concelho de Arganil, neste caso **65,5%** dos utentes de MDR (acréscimo de 8% face a 2013), enquanto em LDM são **44,4%**.

Tais dados levam-nos a concluir que a abertura de unidades ao longo do território, assim como a priorização do critério da residência, conduziu a uma maior aproximação entre o candidato e a sua comunidade.

Outro dado importante e que marcou o ano de 2014 prendeu-se com a **admissão, em regime de estágio profissional, de uma farmacêutica**, o que veio possibilitar uma melhoria dos serviços relacionados com o controle medicamentoso.

De referir ainda sobre esta matéria que a presença da farmacêutica a tempo inteiro possibilitou a **elaboração de um circuito de medicamentos**, o qual foi implantado no Complexo Social e foi remetido para o Grupo Misericórdias Saúde, tendo em vista a sua eventual aplicação na própria UCC.

1.2.2 Hospital Condessa das Canas - Programa Modelar II

Relativamente ao Hospital Condessa das Canas o ano de 2014 **ficou marcado pelo pagamento por**

parte da ARS-Centro do projeto inerente à candidatura anteriormente apresentada, o que vem reforçar a pertinência da recuperação do imóvel para integração no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Nesse sentido, a Instituição manteve as diligências necessárias para que o projeto não tivesse caído no esquecimento, o que culminou no reconhecimento das despesas decorrentes dos projetos de arquitetura e especialidades que integraram a candidatura ao programa Modelar II e que culminaram na assinatura de contrato de financiamento com a ARS-Centro, mas cuja execução se encontra dependente da inexistência de verbas disponíveis no âmbito do citado programa.

1.2.3 Clifiargus

Apesar desta estrutura não integrar o núcleo de valências diretamente afetas à atividades da Misericórdia, por norma e hábito tem sido feita a referencia nos Relatórios de Atividades dos respetivos exercícios.

No ano a que reporta o presente relatório a Clifiargus procurou manter a sua prestação de serviço, adequando-a às necessidades da população. No entanto, não foi um ano fácil, pelo que o exercício encerrou com um resultado negativo de dezassete mil, cento e vinte euros e noventa e um cêntimos (17.120,91€), os quais não incorporados como custo para a Misericórdia pois esta entidade tem personalidade jurídica distinta.

1.3| COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL - EDIFICADO

Ao longo do ano transato a Misericórdia manteve em funcionamento as piscinas do Complexo “Zé Miguel”, as quais têm já mais de 20 anos ao serviço da comunidade, sendo uma referência não só para os arganilenses como também para os visitantes desta região.

Atualmente, o concelho conta já com piscinas aquecidas a funcionar na Cerâmica Arganilense, assim como as novas piscinas do Sarzedo que entraram em funcionamento em 2014, a par de outras espalhadas por diversas freguesias, com destaque para as piscinas fluviais, nomeadamente em Pomares.

Apesar da oferta ser hoje maior, as piscinas da Misericórdia continuam a dar resposta, **tendo mantido os níveis de procura, quer pelas instituições, nomeadamente IPSS(s), quer por cidadãos a título individual**, pois este equipamento é distinto dos demais, funcionando apenas no período de Verão.

A este propósito referir ainda a importância deste equipamento para as respostas sociais da própria Misericórdia (CATL, ERPI, CD), revelando-se uma mais-valia no tipo de atividades colocadas ao dispor dos utentes da Instituição no período de maior calor, ao mesmo tempo que acrescenta uma maior vivacidade aos espaços existentes na Misericórdia.

Também a Igreja manteve a sua utilização nos momentos associados às festividades religiosas, nomeadamente aquando da **realização das festas de St.ª Isabel, padroeira das Misericórdias**, sem esquecer que ao longo de todo o ano manteve-se aberta à comunidade.

Outro momento alto associado à Igreja da Misericórdia foi a **celebração da eucaristia por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes**, aquando da toma de posse dos novos órgãos sociais eleitos para o quadriénio 2015-2018.

De um modo geral a **Instituição manteve o seu património, procurando rentabilizá-lo da melhor forma, nomeadamente através do arrendamento**, procedendo apenas à alienação de um imóvel previamente autorizado pela Assembleia Geral, nos termos definidos pela mesma.

No entanto, duas situações concentraram as atenções da Instituição a questão da Feira do Mont'Alto e o Cineteatro Alves Coelho, **ambas matérias que recolheram a unanimidade nas deliberações tomadas por parte da Mesa Administrativa**, todas elas em defesa dos interesses da Instituição, tendo culminando na apresentação de igual número de ações em tribunal contra a Câmara Municipal de Arganil.

Em relação à Feira do Mont'Alto e uma vez que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 são da responsabilidade da Santa Casa, e sendo o protocolo celebrado em 2011 com a Câmara Municipal de Arganil de natureza temporária, não podia a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Por isso, a Instituição procedeu à **contestação judicial, esgotados que foram todas as tentativas realizadas pela Mesa para uma solução consensual, da escritura de usucapião a favor da Câmara Municipal de Arganil**, uma vez que não foi acautelada a existência de um ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia.

Quanto ao Cineteatro Alves Coelho a Instituição **procedeu à resolução da escritura de constituição de direito de superfície a favor da Câmara**, celebrada em 20 de Dezembro de 2008, por incumprimento desta, designadamente dos termos e cláusulas constantes do referido documento legal e aprovadas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2008, como condições para a efetivação desse direito de superfície.

Apesar disso, **a Instituição sempre manifestou disponibilidade para a resolução da situação**, desde que fossem acautelados os interesses da Misericórdia, **através da celebração de novo contrato**, uma vez que as premissas previstas na escritura de 2008 não foram cumpridas, nomeadamente os prazos, o projeto e a aplicação das rendas recebidas pela Autarquia no imóvel.

Sobre esta matéria importa apenas apresentar um memorial, para que todos os irmãos sejam conhecedores dos factos em causa e das diligências realizadas:

1. Em 20 de Dezembro de 2008 é celebrada a escritura de direito de superfície a favor do Município de Arganil, por um período de 50 anos com as seguintes cláusulas:
 - a) As rendas resultantes da exploração do café e do restaurante passam a "constituir receita do superficiário (CMA), **que as consignará, exclusivamente à sustentabilidade do edifício**";
 - b) Pelo menos uma vez por ano o Teatro deverá ser cedido, gratuitamente, à proprietária do imóvel (Misericórdia) para a realização de um evento social;
 - c) O Município "obriga-se a **manter a vocação cultural do edifício, não desvirtuando** o peso histórico que esteve na génese da sua edificação, **por meio de oferta de uma agenda cultural diversificada e regular**";
 - d) O Município "obriga-se à execução do projeto de recuperação global do Teatro Alves Coelho, **já objeto de pronúncia por parte da Câmara Municipal (aprovado em 2005)** ...num período compreendido entre 2008 e 2013 (IV Quadro Comunitário), **na condição (resolutiva)** de tal projeto

ser objeto de financiamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional...”;

- e) O equipamento de projeção de imagem e som, bem como “todas as obras de arte e objetos de interesse histórico existentes no Teatro Alves Coelho, nomeadamente, as pinturas do artista Guilherme Filipe” farão **parte integrante do espólio da Santa Casa.**
2. Receção do ofício da CMA com a ref. s/2862/2014 de 22/04/2014, informando da **intenção de requalificação do teatro de modo faseado por parte da autarquia;**
3. Resposta da Misericórdia com a ref. 126/14 de 14/05/2014, **recordando as cláusulas da escritura de constituição de direito de superfície** e solicitando a confirmação, por escrito, se foi apresentada alguma candidatura no âmbito dos fundos comunitários (QREN) para a recuperação global do teatro, qual o montante das rendas recebidas, indicando a data, natureza, custos e obras efetuadas com as mesmas no referido imóvel, **num prazo de 8 dias;**
4. Na **ausência de resposta atempada ao prazo dado e “considerando” a posição pública tomada pelo Sr. Presidente da CMA na Assembleia Municipal de 14/06/2014,** na qual afirmou não ter sido apresentada qualquer candidatura a fundos comunitários para a execução do projeto de recuperação global do teatro, considerado no clausulado da escritura celebrada em 20/12/2008, **a Misericórdia notificou, com data de 20/06/2014, e após deliberação da Mesa Administrativa em 19/06/2014, a CMA para a devolução do teatro, assim como das rendas recebidas, num prazo de 30 dias, por incumprimento das premissas estabelecidas na escritura de constituição de direito de superfície;**
5. Recebido no dia 20/06/2014 ofício da CMA com a ref. GP/700-10 de 18/06/2014, (ou seja passado mais de um mês da missiva da Misericórdia e após a Assembleia Municipal realizada em 14 de Junho **e já depois da deliberação da Mesa Administrativa da Misericórdia para notificação da CMA)** que comunica “...não ter sido possível...obter até hoje o financiamento desejado para a execução do investimento” no teatro. Na mesma missiva era ainda solicitada “...a clarificação da posição...” da Misericórdia sobre a “...concordância, ou não, do caminho proposto...” pela autarquia.
6. Ofício da Misericórdia com a ref. 228/14 de 30/07/2014 enviado à CMA informando que **“...esgotado e não cumprido ...o prazo” pela autarquia para devolução do imóvel, recheio e rendas** do teatro, **“serão oportunamente despoletados os meios adequados à defesa dos legítimos direitos e interesses desta Santa Casa da Misericórdia de Arganil.”**
7. Receção de ofício da CMA com a ref. s/5065/2014 de 04/08/2014, aludindo ao (suposto) ofício s/4367/2014 (não recebido na Misericórdia) e “reiterando” a disponibilização de documentos.
8. Ofício resposta da Misericórdia desconhecendo o teor do ofício s/4367/2014 e **recordando que o prazo de 30 dias foi ultrapassado, reforçando que devia ser dado cumprimento à notificação** anteriormente remetida e que “se encontram a decorrer as diligências necessárias...” “ à defesa legítima dos direitos e interesses desta instituição...”.
9. Receção de ofício da CMA com a ref. s/5155/2014 datado de 11/08/2014 (acompanhado pelo ofício s/4367/2014 de 02/07/2014 e até a essa data nunca recebido na Misericórdia) solicitando cópias das atas da Mesa Administrativa e da Assembleia Geral da Misericórdia sobre decisão de

"denúncia do contrato de direito de superfície do teatro Alves Coelho".

10. Ofício resposta da Misericórdia com a ref. 236/14 de 13/08/2014 considerando **"uma inadmissível ingerência de um ente público" numa instituição particular e informando que a Mesa Administrativa deliberou por unanimidade, proceder à resolução do contrato de constituição de direito de superfície nos termos em que a CMA foi notificada.**
11. Receção de carta da Camara Municipal com a refª S/140/2015, datada de 08/01/2015, **propondo a remodelação do Teatro Alves Coelho até ao final do 3º trimestre de 2017;**
12. Resposta da Misericórdia de Arganil considerando **"a eventual" celebração de novo contrato, sem prejuízo das deliberações já tomadas sobre esta matéria por parte da Mesa Administrativa;**
13. Resposta da Câmara Municipal de Arganil que **considera não existir qualquer situação de incumprimento pelo que, bastará a celebração de adenda à escritura** celebrada em 20/12/2008.

Sobre esta matéria a posição da Mesa Administrativa é clara, tendo manifestando junto da Câmara a disponibilidade para a eventual celebração de um novo contrato, pois os termos da escritura autorizada pela Assembleia Geral não foram respeitados o que conduziu à sua revogação, o que por si impede a celebração de uma adenda.

A Mesa Administrativa continuará assim a pugnar pela defesa dos interesses da Instituição.

2| APRESENTAÇÃO DE CONTAS

Chegados ao segundo ponto do presente Relatório de Atividades importa agora apresentar os dados relativos às contas do exercício de 2014, por meio das quais toda a ação da Instituição foi concretizada.

Contudo, e antes de aprofundarmos esta matéria, deveremos recordar as condicionantes que estiveram presentes ao longo do exercício, designadamente os **constrangimentos económicos** ainda vivenciados junto da comunidade e especialmente junto das famílias dos utentes dos serviços da Misericórdia, o que originou **atrasos nas verbas a receber pela prestação de serviços** e que afetaram a liquidez da Instituição.

No entanto, foram **os atrasos das transferências associadas aos projetos dinamizados pela Instituição, como foi o caso do CLDS e mais recentemente da RLIS**, sem esquecer os atrasos afetos à área da saúde, que **contribuíram significativamente para condicionar a atuação da Misericórdia.**

Felizmente, a continuidade das Empresas de Inserção em 2014 e o aumento das receitas provenientes do programa das cantinas Sociais, sem deixar de referir **a redução de gastos, comparativamente com 2013, possibilitaram a obtenção de um resultado positivo no final do exercício.**

Deste modo, o exercício de 2014 teve um total de receitas de dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos (2.927.546,50€), quanto aos gastos estes totalizaram dois milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (2.904.375,42€).

Apurada a diferença entre rendimentos e gastos **verificou-se um resultado líquido de vinte e três mil, cento e setenta e um euros e oito cêntimos (23.171,08€).**

2.1 Rendimentos

No campo dos rendimentos o exercício encerrou com um total de dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos (2.927.546,50€), conforme já referimos, representando um **crescimento de 10,45%** face ao orçamento gizado para o ano em causa, correspondendo a mais duzentos e setenta sete mil, cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos (277.057,50€).

Este aumento verificado no campo das receitas/rendimentos ficou a dever-se, em parte, ao crescimento da rúbrica dos subsídios, doações e legados à exploração, **cujo aumento foi de 8,6%** face ao estimado, ou seja, mais cento e um mil, setecentos e doze euros e vinte e um cêntimos (101.712,21€), o que por si representa 36,7% do total dos valores de crescimento verificado.

Para tal crescimento contribuiu a continuidade das empresas de inserção que com sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos (62.644,79€) representou 22,6% desse crescimento. Recorde-se que este programa não foi incorporado em orçamento em face da ausência de resposta por parte do IEFP,IP quando da elaboração do orçamento.

Também o aumento das receitas provenientes das cantinas sociais com mais trinta e mil, oitocentos e quarenta e cinco euros (31.845,00€) representou 11% desse aumento, acrescentando-se o crescimento das verbas provenientes da resposta social de centro de dia que com mais nove mil, dezanove euros e vinte e cinco cêntimos (9.019,25€) correspondeu a 3,1% do aumento verificado.

Outra das justificações para o crescimento dos rendimentos prendeu-se com a conta 78 correspondente a outros rendimentos e ganhos. Neste caso, salienta-se o **contributo dos serviços prestados pelas empresas de inserção e dos serviços partilhados no seio da própria instituição** que com oitenta e três mil, duzentos e oito euros e setenta e sete cêntimos (83.208,77€) representa 30% do total do crescimento face ao orçamento, isto do lado dos rendimentos.

Recorde-se que as receitas diretas, neste caso subsídios ao pagamento das bolsas /vencimentos dos trabalhadores por parte do IEFP,IP já representavam 22% do total do aumento, considerados na conta 75.

Por último, a conta 77, onde se incluem os rendimentos provenientes das propriedades de investimento, neste caso ganhos por aumento de justo valor, resultantes da reavaliação fiscal do património da Instituição, totalizou cento e nove mil, seiscentos e noventa e seis euros e oitenta e seis cêntimos (109.696,86€), contribuindo para justificar o diferencial do crescimento ocorrido, ponderadas as quebras em outras rúbricas.

2.2 Gastos

No campo dos gastos o exercício terminou com um total de dois milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (2.904.375,42€), como foi atrás referenciado.

Este valor representou um crescimento, face ao orçamento, de mais 9,6%, ou seja, mais duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos (254.344,42€),

explicado, desde logo, pelo facto da despesa relativa a encargos com pessoal ter crescido face ao previsto, neste caso mais 7,73%, correspondendo a mais cento e seis mil, seiscentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos (106.609,66€).

A justificação desse crescimento adveio da **continuidade das Empresas de Inserção, com a consequente manutenção dos respetivos postos de trabalho e encargos associados**, bem como ao arranque das despesas afetas à constituição da equipa integrada no projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e à **atualização decorrente do salário mínimo nacional que se verificou no decurso de 2014**.

O outro fator que suportou o crescimento da despesa face ao previsto, resultou do aumento da rubrica do fornecimento de serviços externos, muito em parte devido aos custos associados à prestação de serviços pelas empresas de inserção à própria Misericórdia.

Neste caso e no âmbito da conta 62 (FSE) o aumento foi de 21,07%, ou seja, mais cento e trinta e oito euros, oitocentos e dezanove euros e trinta e cinco cêntimos (138.819,35€), explicando o diferencial para o crescimento do campo dos gastos face ao inicialmente estimado.

Há a ressaltar e a destacar, com bastante pertinência, que comparativamente com o exercício de 2013, **foi registada uma diminuição global das despesas em dezanove mil, cento e cinco euros e setenta cêntimos (19.105,70€), neste caso menos 0,65%, com destaque para a diminuição de gastos em praticamente todas as rubricas, com especial incidência nos custos com pessoal que desceram mais de doze mil euros, ou seja, menos 0,83%.**

3| ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS | CONCLUSÃO

Recordando o Plano de Atividades / Orçamento gizado para 2014 e comparando com as atividades realizadas e o desempenho económico obtido no final do exercício é agora possível avaliar o grau de eficácia no desempenho da Instituição.

Assim, devemos recordar que a Instituição se propôs, em linhas gerais: a tomar as medidas consideradas necessárias às alterações que viessem a decorrer do término de projetos em curso; a encontrar novas formas de atuação no campo da intervenção social; a manter a política de requalificação dos seus espaços; a preservar e a promover o seu património natural e a defender o seu património imóvel; a reforçar a rede de parcerias; a dar continuidade ao processo de formação e qualificação dos seus colaboradores e a desempenhar um papel na promoção cultural.

Ora, analisando o presente documento é já possível determinar que ao longo de 2014 a Misericórdia conseguiu, de um modo geral, **concretizar as metas a que se propunha**.

Exemplo disso foi o reajustamento dos seus recursos humanos, quer à continuidade do programa das Empresas de Inserção, quer ao fim do CLDS, ao mesmo tempo que procurou alternativas com a implementação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), ampliando dessa forma também a sua rede de parcerias e encontrando novas formas de intervir socialmente junto da comunidade.

Simultaneamente, defendeu, o seu património, com especial atenção ao Cine-Teatro Alves Coelho e à Feira do Mont'alto, ao mesmo tempo que assegurou a continuidade do processo de certificação EQUASS para a sua estrutura.

Ampliou o leque de instituições integradas na rede de Cantinas Sociais e alargou o acordo de

cooperação com o CDSS-Coimbra sobre esta matéria, colaborando ainda com as estruturas da União das Misericórdias Portuguesas, com especial incidência com os Secretariados Nacional e Regional.

Viu ainda ser reconhecido o valor de alguns dos seus projetos por entidades nacionais, nomeadamente a Cooperativa António Sérgio e o BPI, através da atribuição de prémios, ao mesmo tempo que possibilitou que o Orfeon Maestro Alves Coelho contribuísse para a projeção no País do concelho Arganil e da região da Beira Serra em termos culturais.

Em termos económicos conseguiu ajustar os seus recursos às necessidades que era preciso fazer frente, assegurando o adiantamento de verbas para o funcionamento de várias projetos na expectativa de que o Estado cumprisse com os seus compromissos, sempre numa lógica de manter as respostas adequadas às populações e aos mais desfavorecidos.

Mas tudo isto não foi fácil, pois muitas vezes a Instituição teve que manter-se firme na defesa da sua própria história e da memória de tantos que honraram a Misericórdia e que não podem ser esquecidos.

Por isso o sucesso desta Santa Casa deveu-se a todos os que souberam assumir as suas responsabilidades e não tiveram receio de defender aquilo que é justo, sejam eles Mesários, membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal| Definitório, utentes e trabalhadores.

Foi por isso que os irmãos, chamados a eleger os Órgãos Sociais para o quadriénio 2015-2018 não tiveram dúvidas e escolheram uma linha clara de atuação. A defesa dos valores Cristãos e dos Compromissos que jurámos defender, sob o manto e proteção da Senhora das Misericórdias.

Apresentado que foi o relatório de atividades e contas do exercício referente ao ano de 2014, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, solicitou ao Conselho Fiscal|Definitório, representado pela irmã Maria Lisete Alves da Costa Jorge a respetiva leitura.

No uso da palavra a representante do Conselho Fiscal | Definitório, procedeu à leitura do respetivo Parecer desse órgão e que se dá, desde já, por transcrito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

No cumprimento das funções a que este órgão se obriga e de acordo com estatuído na alínea b) do artigo 39º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, assim como da alínea b) do artigo 14º do Decreto de Lei 119/83 na versão republicada em 14 de Novembro de 2014, reuniu, no dia 11 de Março de 2015, pelas 18 horas, na sala de reuniões da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como ponto único da sua ordem de trabalhos:

- **Analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício 2014.**

Estudada a documentação que compõe o Relatório de Atividades e Contas em causa, e obtidos os esclarecimentos necessários por parte da Mesa Administrativa e serviços de apoio, o Conselho Fiscal | Definitório concluiu que as linhas gerais a que a Instituição se propôs atingir foram devidamente concretizadas, nomeadamente:

- a) Tomar as medidas consideradas necessárias às alterações que viessem a decorrer do término de projetos em curso;
- b) Encontrar novas formas de atuação no campo da intervenção social;
- c) Manter a política de requalificação dos seus espaços;

- d) Preservar e promover o seu património natural e a defender o seu património imóvel;
- e) Reforçar a rede de parcerias;
- f) Dar continuidade ao processo de formação e qualificação dos seus colaboradores e desempenhar um papel na promoção cultural.

O Conselho Fiscal | Definitório não pode ainda deixar de reconhecer o esforço que a Mesa Administrativa realizou na defesa dos interesses da Instituição, designadamente na questão do Cineteatro Alves Coelho, em face do incumprimento por parte da Câmara Municipal de Arganil da escritura celebrada em Dezembro de 2008, designadamente das cláusulas e termos previamente aprovadas pela Assembleia Geral da Misericórdia.

Nesse sentido, entende que nada mais havia a fazer pela Mesa Administrativa do que pugnar pelo retorno do imóvel em causa à Santa Casa da Misericórdia, legítima proprietária, sem prejuízo de no futuro ser celebrado um novo acordo, acautelados os interesses da Instituição.

Quanto à componente económica e tendo em consideração as condicionantes que estiveram presentes ao longo do exercício, designadamente os **constrangimentos económicos** que o País ainda atravessa, os quais terão tido impacto junto da comunidade e especialmente junto das famílias dos utentes dos serviços da Misericórdia, originando atrasos nas verbas a receber pela prestação de serviços e que afetaram a liquidez da Instituição.

Sem esquecer **os atrasos das transferências associadas aos projetos dinamizados pela Instituição, como foi o caso do CLDS e mais recentemente da RLIS**, a par dos atrasos afetos à área da saúde, que **contribuíram significativamente para condicionar a atuação da Misericórdia**.

Ora, atendendo a esse conjunto de condicionantes podemos verificar que o exercício de 2014 teve um total de receitas de dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos (2.927.546,50€).

Quanto aos gastos estes totalizaram dois milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos (2.904.375,42€).

Para tal, terá contribuído a continuidade das Empresas de Inserção em 2014 e o aumento das receitas provenientes do programa das cantinas Sociais, bem como a obtenção de receitas do próprio património, sem deixar de referir **a redução de gastos, comparativamente com 2013, o que possibilitou a obtenção de um resultado positivo no final do exercício**.

Apurada a diferença entre rendimentos e gastos **verificou-se um resultado líquido de vinte e três mil, cento e setenta e um euros e oito cêntimos (23.171,08€)**.

Pelo exposto, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2014, solicitando a devida aprovação em Assembleia Geral** e fazendo constar que é de **realçar o esforço de promoção de coesão social e a procura da manutenção da sustentabilidade da Instituição, pelo que propõe, desde já, um voto de louvor e congratulação pelo trabalho realizado**.

Arganil, 11 de Março de 2015

O Conselho Fiscal

Após a apresentação de toda a documentação foi colocado a discussão o respetivo Relatório de

Atividades e Contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal | Definitório.

Não se tendo verificado qualquer inscrição para a discussão dos mesmos, considerados que foram devidamente esclarecidas as matérias neles constantes, designadamente as partes relativas às contas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, colocou a votação o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2014, assim como o Parecer do Conselho Fiscal | Definitório, salientando neste caso que o mesmo apresentava uma proposta de louvor pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano transato pela Mesa Administrativa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, solicitou ainda, a votação em minuta em face da necessidade de envio dos mesmos documentos para as entidades competentes.

Colocados a votação e em minuta foram ambos aprovados por unanimidade e aclamação, acompanhado por uma extensa salva de palmas, com a respetiva aprovação do louvor apresentado.

3. Outros Assuntos de Interesse para a Instituição;

No último ponto da ordem de trabalhos pediu a palavra o Provedor da Instituição para apresentar uma proposta de atribuição da medalha de gratidão ao Dr. Armando Dinis Cosme, salientando "o papel que teve em arganil, assumindo-se como uma referência para o concelho".

Recordou ainda, ser "um homem de carácter, de amor à terra e aos amigos, dando sempre mostras de uma dedicação muito grande, como homem, como médico, como autarca e como servidor de várias instituições, nomeadamente na área desportiva cujo exemplo máximo foi o C.O.J.A.".

Acrescentou ainda, "fazer todo o sentido a colocação da sua foto neste salão nobre, para memória de todos, junto aos outros médicos, o Dr. Fernando Vale e o Dr. Parente dos Santos"

Feita a introdução à proposta de atribuição da medalha de gratidão ao Dr. Armando Dinis Cosme, procedeu-se à leitura da fundamentação da mesma e que se dá por transcrita.

Proposta

Ao longo de mais de dezoito anos o Dr. Armando Dinis Cosme desempenhou o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta Instituição.

Por força dos seus problemas de saúde, em Dezembro de 2011 o Dr. Armando Dinis Cosme cessou a sua colaboração institucional, sem que por isso, deixasse de estar ligado à Misericórdia de Arganil como Irmão.

A Mesa Administrativa, na sua reunião do passado dia 14 de Janeiro aprovou, por unanimidade, um Voto de Pesar pelo falecimento deste nosso ilustre Irmão, Armando Dinis Cosme, ao abrigo do nº1 da cláusula 13ª do Regulamento de Atribuição de Títulos, Condecorações e Votos.

Na continuidade, decidiu a Mesa Administrativa propor ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a atribuição da condecoração prevista na alínea b) do nº3 da cláusula 6ª do mesmo Regulamento, ou seja, a Medalha de Gratidão, conforme explanado no nº 1 da cláusula 8ª "Condecoração atribuída apenas a Irmãos que, pela sua dedicação à causa da Misericórdia, tenham desempenhado funções de elevada

responsabilidade nos Órgãos Sociais da Instituição...”.

Aos 14 de Janeiro de 2015

O Provedor,

(José Dias Coimbra)

Colocada a votação a proposta transcrita, a mesma foi aprovada, em minuta, por unanimidade e aclamação, com a colocação da respetiva fotografia do homenageado no Salão Nobre da Santa Casa, ficando o seu descerramento para data a definir pela Mesa Administrativa.

Ainda no terceiro e último ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu a conhecer a passagem, nos termos estatutários, da irmã Maria Lisete Alves da Costa Jorge a Presidente do Conselho Fiscal | Definitório, pela impossibilidade do irmão João Bilha poder assumir a respetiva presidência, em face dos seus problemas de saúde.

Pedi a palavra o Sr. Provedor da Instituição, prof. José Dias Coimbra, para “desejar a todos uma Santa Páscoa, com muito amor e perdão”, tendo-se associado a esses votos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Não havendo mais inscrições no último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2 e 3 foram aprovados em minuta e cujas respetivas deliberações entraram de imediato em vigor.

Aos 27 de Março de 2015

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



O primeiro secretário



O segundo secretário

